

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2019.00004291-0

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça; **OSMAR SANAGIOTTO**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 12/R.761.307, inscrito no CPF sob o n. 345.649.429-72, residente e domiciliado na Rua São João, n. 284-D, Centro, município de Chapecó, 49 99187-4498; **CARLOS SANAGIOTTO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG n. 1.233.922-9, inscrito no CPF sob o n. 477.231.819-49, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, n. 1021-D, município de Chapecó, 49 99997-1666; **ADEJAIR ANTONIO SAVARIS**, brasileiro, agricultor, portador do RG n. 183.332, inscrito no CPF sob o n. 614.639.069-00, residente na Linha Caravagio, interior do Município de Chapecó/SC, 99112-7688; **EDEMAR SANAGIOTTO**, brasileiro, comerciante, RG 506.528, CPF 251.449.109-63, residente na av. Fernando Machjado, 429E, ap. 701, Chapecó; com a anuência de **MARIA ZIGER**, RG 1.494.296, CPF 425.487.999-72, 49 98911-0377, rua John Kennedy, 2358E, Chapecó;

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 6.938/81, que cuida da Política Nacional do Meio Ambiente, considera em seu art. 3º, inciso III, como poluição, "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população" Lei n. 6.938/81;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei n. 7.802/89 conceitua como agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Estadual n. 11.069/98 dispõe que os agrotóxicos são os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

CONSIDERANDO que os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ

utilizados se previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos responsáveis pelos setores de saúde, do meio ambiente e da agricultura (art. 3º da Lei n. 7.802/89);

CONSIDERANDO que a propriedade objeto dos autos encontra-se em área urbana e que, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 4/90, "fica vedado o uso de agrotóxicos dentro do perímetro urbano e nas sedes dos distritos do Município de Chapecó".

CONSIDERANDO que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil n. 06.2019.00004291-0, cujo objeto é apurar notícia de poluição decorrente do uso de agrotóxicos em área urbana;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade impedir o uso de agrotóxico nos imóveis urbanos, matrículas imobiliárias n. 13.846 e n. 13.847, localizados na Rua John Kennedy entre os Bairros Madre Paulina e Vila Real no município de Chapecó/SC, o primeiro de propriedade de Osmar Sanagiotto, Tania Regina Ghidorsi, Carlos Sanagiotto, Neusa Maria Hofmann Sanagiotto, Rosameri Sanagiotto Minozzo e Rui Humberto Minozzo, e o segundo de propriedade de Edemar Sanagiotto e Nadia Teresinha Sanagiotto, tendo como arrendatário Adejair Antonio Savaris.

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula 2ª: Os compromissários se comprometem, a partir do

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ

dia 1º de dezembro de 2021, a não mais utilizar ou permitir o uso de agrotóxico nos imóveis urbanos de matrículas imobiliárias n. 13.846 e n. 13.847, localizado na Rua John Kennedy entre os Bairros Madre Paulina e Vila Real no Município de Chapecó.

Parágrafo primeiro. A obrigação assumida não impede a exploração rural orgânica, selecionando uma das modalidades a seguir: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos e permacultura, conforme preconizado na Lei Federal nº 10.831/03, em seu art. 1º, § 2º, desde que seja mantida cortina vegetal na forma indicada pelo órgão ambiental municipal.

Parágrafo segundo. Após a cessação do uso da área para agricultura, será admitida apenas cultura sem uso de defensivos ou pasto, vedado o plantio ou manutenção de azevém.

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 3ª: Incidirão os compromissários em multa de R\$ 40 mil em caso de descumprimento, parcial ou total, de quaisquer das cláusulas desde ajuste.

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de darem cumprimento às obrigações contraídas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 4ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CHAPECÓ

compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 5ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 5 de outubro de 2020

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Osmar Sanagiotto
Compromissário

Carlos Sanagiotto
Compromissário

Edemar Sanagiotto
Compromissário

Adejair Antônio Savaris
Compromissário

Maria Ziger
Anuente